

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

11ª Sessão Ordinária de 2022

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 02/08/2022, págs. 1/22)

Dia: 09/08/2022

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3
Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I

- 1) Aprovação da Ata da 10ª Sessão Ordinária de 2022 (28/06/2022).

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista na 3ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 (05/05/2020)

- 1) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00155/2019-81

Requerente: Sigiloso

Requerido: Ministério Público do Estado do Acre

Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Número de servidores comissionados desproporcional ao número de servidores efetivos. Irregularidades nas nomeações. Desrespeito a princípios constitucionais.

Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

Origem: Acre

Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 4ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 (12/05/2020)

- 2) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00700/2019-01

Requerente: Sigiloso

Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Irregularidades. Criação de diversos cargos em comissão. Prejuízo aos aprovados em concurso público para provimento de cargos de Técnico e Analista Ministerial.

Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Origem: Piauí

Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 6ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 – Continuação (16/06/2020)

- 3) Proposição nº 1.00448/2018-14
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta no âmbito do Ministério Público brasileiro, no exercício do poder disciplinar.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedido de Vista na 13ª Sessão Ordinária de 2020 (08/09/2020)

- 4) Consulta nº 1.00838/2018-11
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Interessados: Anísio Marinho Neto; Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – AMPERN; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL
Advogado: George Melão – OAB/SP n.º 384.804
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Exigibilidade de instauração de Procedimento Investigatório Criminal. Interesse do membro em realizar investigação direta nos autos do inquérito policial.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Rio Grande do Norte
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 5ª Sessão Ordinária de 2021 (13/04/2021)

- 5) Pedido de Providências nº 1.00448/2020-75
Requerente: Misael Silva Nogueira
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades. Pagamento de subsídios de membros. Valores acima do teto constitucional. Vedação ao recebimento de vantagens e auxílios ao subsídio.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Amapá
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2021 (27/04/2021)

- 6) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01045/2020-99 (Embargos de Declaração)
- Embargantes: Ministério Público do Estado da Paraíba; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP
- Embargado: Ministério Público do Trabalho
- Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Denúncia anônima relativa à suposta prática de “assédio moral por sobrecarga de trabalho” em face de servidores estatutários do Poder Judiciário estadual. Alegação de invasão de atribuições por parte do Parquet laboral. Pedido de liminar.
- Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
- Origem: Paraíba
- Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima
Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 9ª Sessão Ordinária de 2021 (08/06/2021)

- 7) Proposição nº 1.00415/2021-60
- Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza
- Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público brasileiro, e dá outras providências.
- Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
- Origem: Distrito Federal
- Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)
- Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega
- Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
- Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n.º 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.
- Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
- Origem: Rio Grande do Norte
- Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2021 (10/08/2021)

9) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00645/2020-85

Requerente: Vanessa Fernandes Queiroga Pita
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Concurso público para provimento de cargos. Analista do Ministério Público, área de Comunicação Social. Manutenção de servidores em cargos comissionados. Prejuízos à nomeação dos candidatos aprovados.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Alagoas
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 13ª Sessão Ordinária de 2021 (13/09/2021 e 14/09/2021)

10) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00214/2020-46

Requerente: Estado da Bahia
Advogado: Ruy Sergio Deiro da Paixão – OAB/BA nº 8130
Requerido: Milane de Vasconcelos Caldeira Tavares
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024
Interessado: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Disseminação de coronavírus (COVID-19). Recomendação 003/2020 emitida pela 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso. Contrariedade às recomendações expedidas pela Organização Mundial da Saúde e ao regular funcionamento do Poder Executivo.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Bahia
Vista: Cons. Moacyr Rey Filho

Pedido de Vista na 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

11) Reclamação Disciplinar nº 1.01326/2021-50

Requerente: José Antonio dos Santos Medeiros
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Mato Grosso
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Pedido de Vista na 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022)

- 12) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01378/2021-90
Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Orientação nº 12, da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão. Retroatividade da lei sancionatória mais benéfica aos acusados. Prescrição intercorrente. Prazo máximo de conclusão de inquérito civil público para apuração de atos de improbidade administrativa. Alegação de violação à autonomia dos órgãos oficiais. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Cons. Engels Augusto Muniz

Pedido de Vista na 3ª Sessão Ordinária de 2022 (15/03/2022)

- 13) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00383/2019-89 (Embargos de Declaração)
Embargantes: Fernanda Alitta Moreira da Costa; Roberto Portela Mildner
Advogados: Fábio Medina Osório – OAB/RS n.º 64975; Eduardo Silva Toledo – OAB/DF n.º 44.181
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul. Prática de assédio moral contra servidores, estagiários e funcionários terceirizados. Procuradoria do Trabalho do Município de Santo Ângelo. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00773/2018-96. Portaria CNMP-CN nº 46/2019.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Engels Augusto Muniz

Pedidos de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2022 (26/04/2022)

- 14) Reclamação Disciplinar nº 1.00946/2020-45 (Recurso Interno)
Recorrente: Gamil Foppel El Hireche
Advogado: Yuri Rangel Sales Feliciano – OAB/BA n.º 61.926
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Bahia
Vista: Cons. Engels Augusto Muniz

- 15) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01094/2021-58
Requerente: Cristiano Zanin Martins
Requerido: Corregedoria do Ministério Público Federal
Interessado: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742
Objeto: Ministério Público Federal. Revisão de Processo Disciplinar. Expediente PGR-00020423/2021. Decisão definitiva proferida pela Corregedoria Geral do Ministério Público Federal, que determinou o arquivamento da representação.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Cons. Daniel Carnio Costa

Pedidos de Vista na 7ª Sessão Ordinária de 2022 (10/05/2022)

- 16) Pedido de Providências nº 1.00965/2020-80
Requerente: Ademir Antonio Brunetto
Advogado: Helio Nishiyama – OAB/MT n.º 12.919
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Indeferimento de pedido de cópia de inquérito civil. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Mato Grosso
Vista: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
- 17) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00347/2022-66
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Pará
Advogados: Clauber Hudson Cardoso Duarte – OAB/PA n.º 23.621; Daniel Konstadinidis – OAB/PA n.º 9.167; Thiago Carvalhaes Peres – OAB/PA n.º 21.233
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Desconstituição de ato da Corregedoria-Geral. Determinação para que a Corregedoria Geral se abstenha de realizar controle prévio dos objetivos lançados nos planos de atuação dos membros. Ausência de competência administrativa para o ato e violação ao princípio institucional de independência funcional. Resolução n.º 007/2016-CPJ-MPPA. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Pará
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 8ª Sessão Ordinária de 2022 (24/05/2022)

- 18) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01100/2017-27
Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
- 19) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03
Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica n.º 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Pedido de Vista na 10ª Sessão Ordinária de 2022 (28/06/2022)

- 20) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00541/2022-05
Requerente: Silvia Leticia Bernardes Mariosi Amaral
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Interessado: Bernardo de Moura Lima Paiva Jeha
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Remoção de Promotor de Justiça para a 1ª Promotoria de Comarca de Itaúna. Alegação de ilegalidades ocorridas na votação do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

- 21) Proposição nº 1.00328/2018-90
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

- 22) Proposição nº 1.00509/2018-25
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5º, do RICNMP. Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de controle.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal
- 23) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00520/2018-21 (Recurso Interno)
Recorrente: Germano Cardoso Sociedade Individual de Advocacia
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Representação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. Alegação de que a contratação de escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação é ilegal e lesiva ao patrimônio público. Descumprimento da Recomendação CNMP nº 36/2016. Pedido liminar.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Maranhão
- 24) Proposição nº 1.00891/2018-03
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Interessado: Associação Brasileira dos Advogados Previdenciários
Advogado: Donne Pisco – OAB/DF n.º 22.812
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Não intervenção do Ministério Público em contratos particulares firmados entre advogados e seus constituintes. Ausência de interesse de incapazes, interesse público ou social.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 25) Proposição nº 1.00461/2019-18
Requerente: Lauro Machado Nogueira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamento de cursos oficiais para ingresso, formação inicial e vitaliciamento de membros do Ministério Público.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal

- 26) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00635/2019-70 (Recurso Interno)
- Recorrente: Margaret Matos de Carvalho
- Advogados: Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256; Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF n.º 21006; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF n.º 26720; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF n.º 21203; Pedro Henrique Fernandes Rodrigues – OAB/DF n.º 42.804
- Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público
- Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho. Reclamação Disciplinar n.º 1.00319/2019-99. Manifestação em rede social. Conteúdo ofensivo ao Presidente da Câmara dos Deputados.
- Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
- Origem: Distrito Federal
- 27) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00158/2020-03 (Processo Sigiloso)
- Requerente: Jaime Romaquelli
- Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
- Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Controle do Ato nº 256/2019-PGJ. Suspensão da nomeação de Promotores para atuação na esfera judicial, através do GAECO. Proibição de atuação de membros do GAECO na fase Judicial desacompanhados do Promotor Natural. Determinação para criação de Promotorias Criminais com atribuições ao crime organizado, para atuação perante o Órgão Judicial. Pedido Liminar.
- Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
- Origem: Mato Grosso
- 28) Proposição nº 1.00322/2020-19
- Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação do Regime de Plantão nos fins de semana, feriados, período noturno e em dias de ponto facultativo, no âmbito do CNMP.
- Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
- Origem: Distrito Federal
- 29) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00751/2020-40
- Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
- Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
- Interessado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
- Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Abuso do direito de petição. Promoção de representação disciplinar temerária em face de membro da Advocacia Geral da União. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00310/2020-67. Portaria CNMP-CN nº 48/2020.
- Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
- Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 18ª Sessão Ordinária de 2019 (26/11/2019)

- 30) Proposição nº 1.01065/2017-37
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Atuação dos membros do Ministério Público na responsabilização civil e penal de advogados públicos ou privados emissores de pareceres técnicos.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2021 (27/04/2021)

- 31) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00216/2020-53
Requerente: Maria Elda Fernandes Melo
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Suspensão do pagamento da diferença entre o subsídio do cargo de Procurador de Justiça e do cargo de Promotor de Justiça que estejam exercendo cargos em comissão ou função de confiança na Administração Superior. Anulação da Portaria nº 98/2019/PGJ. Cumprimento da Resolução CNMP nº 09/2016. Pedido liminar.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 15ª Sessão Ordinária de 2021 (18/10/2021 e 19/10/2021)

- 32) Proposição nº 1.01226/2021-14
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de emenda regimental. Alteração do §6º, do art. 7º, e faz acréscimos ao art. 59, do RICNMP.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

- 33) Proposição nº 1.00540/2018-10
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Inclusão do § 5º ao art. 1º da Resolução CNMP nº 179/2017. Necessidade de aquiescência da pessoa jurídica interessada na hipótese específica de termo de ajustamento de conduta relativo a ato de improbidade administrativa.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal

- 34) Proposição nº 1.00952/2020-75
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Inclusão do §8º ao art. 23, da Resolução CNMP n.º 156/2016. Política de Segurança Institucional. Lapso temporal.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
- 35) Proposição nº 1.00271/2021-42
Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Dispõe sobre regras gerais regulamentares para concursos de ingresso na carreira do Ministério Público Brasileiro, consolidando as Resoluções nº 14/2006; nº 24/2007; nº 40/2009; nº 57/2010; nº 118/2014; nº 141/2016; nº 170/2017; nº 188/2018; nº 203/2019; nº 206/2019 e a Resolução nº 219/2020; o Enunciado nº 11/2016; e as Súmulas nº 4 e nº 5, de 2018; nº 6 e nº 7, de 2018, e nº 10 de 2018, e incluindo dispositivos com teor extraído das Recomendações nº 12/2009, nº 25/2014 e nº 40/2016 e sugerido na Proposta de Resolução nº 1.01141/2018-59.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
- 36) Conflito de Atribuições nº 1.00681/2021-39
Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.001361/2020-70. Apuração de possíveis atos de improbidade administrativa na administração dos recursos federais destinados à Secretaria Estadual de Educação para o Programa de Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica – PNAE.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Mato Grosso

Incluído na Pauta da 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022)

37) Proposição nº 1.01227/2021-78

Requerente: Sandra Krieger Gonçalves

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Ministério Público e dispõe sobre a criação e manutenção, no âmbito do CNMP, de repositório online com dados de mulheres juristas brasileiras com expertise em diferentes áreas do Direito e que atuem em todas as áreas jurídicas – magistratura, Ministério Público, advocacia privada ou estatal, acadêmicas e servidoras públicas.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2022

38) Proposição nº 1.00171/2022-05

Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Enunciado. Uniformização do julgamento de Conflitos de Atribuição que digam respeito a instituições de ensino superior (a) caso a demanda verse sobre questões privadas relacionadas ao contrato de prestação de serviços firmado entre a instituição de ensino superior e o aluno, tais como inadimplemento de mensalidade, cobrança de taxas, desde que não se trate de mandado de segurança, e, (b) em caso de mandado de segurança ou de registro de diploma perante o órgão público competente ou mesmo credenciamento da entidade perante o Ministério da Educação (MEC).

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 4ª Sessão Ordinária de 2022 (29/03/2022)

39) Reclamação Disciplinar nº 1.00844/2020-00 (Processo Sigiloso)

Requerente: Sigiloso

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Advogado: Marcelo Ramos Peregrino Ferreira – OAB/SC n.º 12309

Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Origem: Santa Catarina

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão Ordinária de 2022 (19/04/2022)

- 40) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00474/2019-23
Requerente: Maria Elda Fernandes Melo
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Anulação de artigos da Portaria nº 98/PGJ/2019, bem como de termos dos anexos das Portarias nº 210/PGJ, nº 314/PGJ, nº 397/PGJ e nº 482/PGJ. Designações de membro para officiar perante Promotorias de Apoio Operacional. Pedido liminar.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 41) Reclamação Disciplinar nº 1.00555/2019-23 (Recurso Interno)
Recorrente: Luiz Paulo Teixeira Ferreira
Advogada: Desiree Gonçalves de Sousa – OAB/DF n.º 51483
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Paraná
- 42) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01185/2021-00
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Pará
Advogado: Daniel Konstadinidis – OAB/PA n.º 9.167
Requeridos: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Corregedoria Geral. Publicação de nome de membros e a descrição fática nas portarias de instauração de procedimentos administrativos disciplinares. Ausência de sigilo. Pedido liminar.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Pará
- 43) Proposição nº 1.01225/2021-60
Requerente: Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Implementação de projetos de ressocialização do agressor contra a mulher e da capacitação de equipe técnica para aplicação do projeto pelo Ministério Público no âmbito das instituições públicas.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal

- 44) Conflito de Atribuições nº 1.00218/2022-40
Requerente: Procuradoria da República – Maranhão
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. Ministério Público do Estado do Maranhão. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.19.002.000142/2021-62. SIMP nº 001993-509/2021. Apuração de existência de bingos clandestinos. Município de Aldeias Altas/MA.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Maranhão

Incluídos na Pauta da 7ª Sessão Ordinária de 2022 (10/05/2022)

- 45) Pedido de Providências nº 1.00272/2021-04
Requerente: Empresa Pedrosa Ltda
Advogado: Felipe Varela Caon – OAB/SP nº 407.087
Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região – PE
Interessados: Chafic Krauss Daher; Leonardo Osório Mendonça; Lorena Pessoa Bravo Marostica
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado de Pernambuco. Desrespeito à Lei Geral de Proteção de Dados. Inquérito Civil nº 003084.2020.06.000/8 e nº 003110.2020.06.000/9. Requisição de dados pessoais de funcionários e ex-funcionários da requerente. Ministério Público do Trabalho da 6ª Região. Pedido liminar.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Pernambuco

- 46) Pedido de Providências nº 1.00037/2022-05
Requerente: Isabella Regina Serra Brito Mesquita
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Alegação de descumprimento de reserva de vagas a deficientes físicos, bem como aos requisitos de proporcionalidade e alternância na nomeação referente a concursos públicos realizados pelo Parquet estadual. Cumprimento da Resolução CNMP nº 81/2012.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Goiás

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão Ordinária de 2022 (24/05/2022)

- 47) Proposição nº 1.00511/2018-30 (Embargos de Declaração)
Embargantes1: Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho
Embargante2: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acrescenta o § 5º ao art. 1º, da Resolução CNMP nº 73/2011. Possibilidade do exercício das atividades de coaching e similares pelos membros do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal

- 48) Pedido de Providências nº 1.00128/2021-60
Requerentes: Associação dos Servidores do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – ASMIP e OUTROS
Advogado: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF n.º 34.163
Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Regulamentação. Exercício do poder de polícia institucional no âmbito do Ministério Público brasileiro. Disposição de atribuições funcionais dos agentes e inspetores de polícia do Ministério Público.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 49) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00664/2021-00
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Desconstituição de ato administrativo. Irregularidades na transformação de 107 (cento e sete) cargos de provimento efetivo de diversos níveis em 150 (cento e cinquenta) cargos em comissão de Assistente de Promotoria. Ausência de prévio concurso para a remoção dos cargos vagos pelas aposentadorias e exonerações de diversos servidores efetivos.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Paraná
- 50) Conflito de Atribuições nº 1.00467/2022-90
Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público Federal
Interessado: 9ª Promotoria de Justiça Junto à Vara de Execução Penal
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Procedimentos MPRJ nº 2022.00024451 e 2022.00024448. Atuação em processos de execução de Acordos de Não Persecução Penal – ANPP, homologados pelo juízo eleitoral. 204ª Promotoria Eleitoral. 9ª Promotoria de Justiça junto à Vara de Execução Penal.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Rio de Janeiro
- 51) Proposição nº 1.00477/2022-35
Requerente: Rinaldo Reis Lima
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Recomendação aos ramos e às unidades do Ministério Público quanto à adoção de medidas que promovam a busca ativa escolar e a recomposição de aprendizagens, considerando os prejuízos advindos da pandemia da COVID-19, ao asseguramento do direito à educação de crianças e adolescentes, jovens e adultos.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 9ª Sessão Ordinária de 2022 (14/06/2022)

- 52) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00408/2021-87
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo
Advogados: Eduardo Pizarro Carnelos – OAB/SP n.º 78154; Roberto Soares Garcia – OAB/SP n.º 125605; Flavia Amarante Teixeira Duarte – OAB/SP n.º 434393
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo. Manifestação no bojo do Pedido de Providências nº 1.00675/2019-19. Possível manifestação difamatória e ofensiva em face de Conselheiros Nacionais do Ministério Público.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 53) Consulta nº 1.00953/2021-19
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Cumprimento da Resolução n.º 73/2011 – CNMP. Exercício de magistério por membros do Ministério Público. Realização avulsa, remunerada e desvinculada de entidade de ensino e de projeto pedagógico, de treinamentos, cursos, palestras e instruções.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 54) Reclamação Disciplinar nº 1.01279/2021-08 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)
Embargante: Sigiloso
Embargado: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 55) Pedido de Providências nº 1.00080/2022-52 (Recurso Interno)
Recorrente: Lidio Soares Maciel
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Notícia de Fato em face da Companhia de Engenharia de Trânsito – CET de Santos/SP. Arquivamento.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: São Paulo

- 56) Proposição nº 1.00138/2022-02
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Revogação do inciso V do artigo 1º da Resolução CNMP nº 208, de 13 de março de 2020, e restabelece o preenchimento e envio dos relatórios de inspeções de que trata Resolução CNMP nº 154, de 13 de dezembro de 2016.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
- 57) Conflito de Atribuições nº 1.00188/2022-27
Requerente: Procuradoria da República – São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.34.001.001645/2022-30. Apuração de irregularidades para início das aulas presenciais na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Suposto desacordo com o decreto estadual e contrato educacional firmado entre as partes. Pandemia COVID-19.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: São Paulo
- 58) Reclamação Disciplinar nº 1.00228/2022-95 (Recurso Interno)
Recorrente: Clerines Claro da Rosa
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Santa Catarina
- 59) Pedido de Providências nº 1.00350/2022-25 (Recurso Interno)
Recorrente: Danilo Antônio Amaral
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça de Ibaté. Alegação de recusa em ser ouvido por representante ministerial.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: São Paulo

- 60) Pedido de Providências nº 1.00422/2022-34
Requerente: Rainor Ido da Silva
Advogado: Francisco Yukio Hayashi – OAB/SC nº 038522
Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Decisão. Determinação para o deferimento de pedido de cópias integrais do PCA CNMP nº 739/2021-80.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 10ª Sessão Ordinária de 2022 (28/06/2022)

- 61) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00247/2021-30
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Desconstituição de ato. Resolução nº 101, aprovada pelo Conselho Superior. Ato Nº 01/2021-CGMP/BA, editado pela Corregedoria Geral. Regulamentação do estágio probatório dos membros do Ministério Público do Estado da Bahia. Pedido liminar.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Bahia
- 62) Reclamação Disciplinar nº 1.00746/2021-64 (Embargos de Declaração)
Embargantes: Associação Direitos Humanos em Rede – Conectas Direitos Humanos; Defensoria Pública do Estado de São Paulo; Movimento Independente Mães de Maio
Advogados: João Paulo de Godoy – OAB/SP nº 365.922; Marcos Roberto Fuchs – OAB/SP nº 101.663; Raissa Carla Belintani de Souza – OAB/SP nº 404.214
Embargado: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: São Paulo
- 63) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00874/2021-26
Requerente: Luiz Eduardo Martins Jacob Filho
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Revisão da Sindicância Administrativa GEDOC nº 23.14.0024.0000006/2021-59, que tramitou na Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Mato Grosso

- 64) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00006/2022-18
Requerente: Marcelo Yuri Moreira Martins
Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE nº 40.495
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Indicação de Técnico Ministerial para cargo comissionado de Assessor Jurídico I na 2ª Promotoria de Justiça de Conflitos Fundiários e Defesa da Habitação. Indeferimento. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Ceará
- 65) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00085/2022-20
Requerente: Jose Carlos Guillem Blat
Advogado: Vinicius Guerbali – OAB/SP nº 362467
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Procedimento Administrativo Disciplinar Sumário nº 15/2019, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: São Paulo
- 66) Proposição nº 1.00326/2022-13
Requerentes: Antônio Edílio Magalhães Teixeira; Otavio Luiz Rodrigues Junior
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Controle Administrativo e Financeiro; Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Recomendação aos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro a observância dos tratados, convenções, protocolos internacionais de direitos humanos e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, quando oportuno e conveniente.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
- 67) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00362/2022-87
Requerente: Francisco Ismael Capibaribe de Sousa
Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE nº 40.495
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Revisão de processo disciplinar. Sindicância nº 10.2020.00000135-0. Suspensão dos efeitos da Portaria nº 1212/2021/SEGE. Pedido liminar.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Ceará

68) Reclamação Disciplinar nº 1.00553/2022-67 (Processo Sigiloso)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Acre
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Acre.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (09/08/2022)

69) Reclamação Disciplinar nº 1.00892/2016-87
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Distrito Federal

70) Pedido de Providências nº 1.00064/2021-98
Requerente: Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa
Advogados: Thiago Brhanner Garcês Costa – OAB/MA n.º 8.546; Thales Dyego de Andrade Coelho – OAB/MA n.º 11448-A
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Controle de atos praticados no bojo da Ação Civil Pública por Improbidade Administrativa nº 0806828-38.2020.8.10.0029. Violação do princípio do Promotor Natural. Pedido liminar.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Maranhão

71) Reclamação Disciplinar nº 1.01272/2021-22
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Interessados: Corregedoria do Ministério Público do Trabalho; Ministério Público do Trabalho
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Trabalho.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Distrito Federal

- 72) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.01306/2021-60 (Recurso Interno)
- Recorrentes: Edison Lobão; Marcio Lobão; Romero Juca
Advogado: Fábio Medina Osório – OAB/RJ n.º 160107
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro;
Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Membros do Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro.
Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe. Apuração e infração disciplinar praticada no exercício de atividade funcional perante a Força Tarefa anteriormente denominado Lava Jato do Rio de Janeiro. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00477/2021-45. Portaria CNMP-CN Nº 70/2021.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
- 73) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00028/2022-14
- Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga – OAB/DF n.º 12.500; Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF n.º 20.522
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Controle da decisão proferida pelo Conselho Superior. Declaração de nulidade do art. 29, da Deliberação nº 70/2019. Exclusão da exigência de prévia autorização do Procurador-Geral de Justiça. Exercício de atividade de magistério por membros não vitalícios. Pedido liminar.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Rio de Janeiro
- 74) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00155/2022-22
- Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Advogado: Renato de Perboyre Bonilha – OAB/MT n.º 3844
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso;
Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Reclamação Disciplinar n.º 1.00869/2021-50. Publicação em rede social "Instagram" de comentários ofensivos à imagem pública de então candidato à reeleição ao cargo de Prefeito de Cuiabá/MT.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

- 75) Conflito de Atribuições nº 1.00213/2022-72 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Embargado: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Procedimento MPRJ nº 2021.00633507. Apuração dos crimes previstos no art. 317 e art. 333, do Código Penal e art. 1º, § 1º, II da Lei n.º 9.613/1998 (corrupção ativa, passiva e lavagem de dinheiro). Contratação da empresa NEOWAY por parte da BR DISTRIBUIDORA, na qual teria ocorrido o pagamento de vantagem indevida a deputados federais.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Rio de Janeiro
- 76) Notícia de Fato nº 1.00386/2022-90 (Recurso Interno)
Recorrente: Pavel Bezerra Marques
Objeto: Notícia de Fato. Membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Informa supostas irregularidades na atuação funcional.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Rio Grande do Norte
- 77) Conflito de Atribuições nº 1.00427/2022-02
Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito de atribuições. Notícia de Fato nº 1.22.009.000017/2022-88. Inquérito Civil MPMG-0568.18.000.113-9. Apuração de eventual irregularidade em empréstimo concedido a funcionário contratado do Município de Paulistas/MG, pela Caixa Econômica Federal, através de convênio firmado com o Município.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Minas Gerais
- 78) Notícia de Fato nº 1.00454/2022-85 (Recurso Interno)
Recorrente: Instituto Observatório Político e Socioambiental
Objeto: Notícia de Fato. Membros do Ministério Público. Informa suposta irregularidade na atuação funcional.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

- 79) Proposição nº 1.00478/2022-99
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução CNMP nº 237/2021. Tratamento igualitário às gestantes e lactantes, bem como aos membros(as) e servidores(as) adotantes, assegurando a estes grupos de pessoas as mesmas condições especiais de trabalho.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
- 80) Conflito de Atribuições nº 1.00554/2022-10 (Embargos de Declaração)
Embargantes: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Promotoria de Justiça de Investigação Penal de Angra dos Reis
Embargados: Ministério Público do Estado de São Paulo; Promotoria de Justiça Criminal do Tatuapé
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuição. Ofício GPGJ nº 0612. Processo nº 0001616-30.2022.8.19.0003 (MPRJ nº 2022.00232078). Processo nº 0001617-15.2022.8.19.0003 (MPRJ nº 2022.00232079). Processo nº 0001620-67.2022.8.19.0003 (MPRJ nº 2022.00232080). Processo nº 0001635-36.2022.8.19.0003 (MPRJ nº 2022.00232081). Apuração de possíveis crimes de estelionato contra vítima residente em Taubaté/SP. Promotoria de Justiça Criminal do Tatuapé/SP. Promotoria de Justiça de Investigação Penal de Angra dos Reis/RJ.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Rio de Janeiro
- 81) Conflito de Atribuições nº 1.00559/2022-99
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuição. Peças de Informação nº 66.0161.0000478/2022-7 (SEI nº 29.0001.0094235.2022-58). 4ª Promotora de Justiça do Consumidor da Capital – São Paulo. 43º Promotor de Justiça da Comarca de Campo Grande – Mato Grosso do Sul. Instauração de procedimentos para investigar a adequação de bicicletas às exigências do Código de Trânsito, identificando empresas localizadas na capital paulista.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Mato Grosso do Sul

- 82) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00565/2022-19 (Recurso Interno)
Recorrente: Renan de Oliveira Freitas
Recorrido: Ministério Público do Estado do Tocantins
Objeto: Ministério Público do Estado do Tocantins. 10º concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Promotor de Justiça Substituto. Vagas destinadas aos candidatos com deficiência. Ausência de candidatos com deficiência aprovados. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Tocantins
- 83) Conflito de Atribuições nº 1.00583/2022-09
Requerente: Procuradoria da República – Amazonas
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Amazonas. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Civil nº 1.13.000.001387/2019-26. Apuração de suposta poluição decorrente do despejo de esgoto sanitário sem tratamento em córrego destinado à drenagem de águas pluviais das unidades habitacionais do Residencial Parque Poranga, Etapa I e II e Residencial Jacarezinho I e II, situados na Rodovia AM-010, km 04, em Itacoatiara/AM, os quais foram edificados por meio de financiamento da Caixa Econômica Federal (Programa Minha Casa, Minha Vida).
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Amazonas
- 84) Conflito de Atribuições nº 1.00587/2022-15
Requerente: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Requerido: Procuradoria da República – Santa Catarina
Interessados: Douglas Dellazari; Eduardo de Oliveira Rodrigues
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. Procedimento Investigatório Criminal nº 1.33.000.000100/2020-91. Ofício nº 167/2019/DIREM-SC/GER-SC. Agência Nacional de Mineração – ANM. Apuração de irregularidades em extração de águas subterrâneas por parte da empresa Thermas de Ouro S/A. Lavra não autorizada de água mineral termal de poço tubular da fonte. Município de Ouro/SC.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Santa Catarina

- 85) Revisão de Decisão do Conselho nº 1.00596/2022-06
Requerente: Associação Nacional dos Procuradores da República
Advogado: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673
Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público
Interessado: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Pedido de anulação do acórdão proferido nos autos da Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00253/2020-70, em razão do julgamento proferido pelo Superior Tribunal de Justiça nos autos do Conflito de Competência nº 172.824/ES. Atuação do Parquet no combate à pandemia de Covid-19 e à destinação dos recursos federais recebidos pelo Estado. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Distrito Federal
- 86) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00598/2022-13
Requerente: Joselia Leontina de Barros Lopes
Advogado: Vania Campos de Pinho – OAB/PA n.º 9.167
Requerido: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Determinação para que a Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará se abstenha de proceder com o fornecimento de cópia de procedimentos disciplinares em desfavor da requerente a jornalistas ou qualquer outro interessado. Pedido liminar.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Pará
- 87) Pedido de Providências nº 1.00612/2022-60 (Recurso Interno)
Recorrente: Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho – Procurador Federal dos Direitos do Cidadão – PFDC
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Recomendação para que todos os órgãos do Ministério Público brasileiro adotem a iniciativa de exigir, nas contratações públicas, que percentual mínimo da mão-de-obra destinada à execução do contrato seja formada por mulheres vítimas de violência doméstica. Decisão nº 151/2022/PFDC/CAV. Ofício nº 234/2022/PFDC/MPF, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 88) Conflito de Atribuições nº 1.00620/2022-06
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte/Ceará-Mirim
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.28.000.000986/2022-03. Apuração de possível descumprimento de carga horária do Programa de Saúde da Família (PSF) e do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF). Uso indevido de automóvel para fins particulares. Município de Senador Georgino Avelino/RN.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Rio Grande do Norte

- 89) Proposição nº 1.00622/2022-05
Requerente: Paulo Cezar dos Passos
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Disciplina a manifestação em habilitação, celebração de casamento civil e conversão de união estável entre pessoas do mesmo sexo.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 90) Conflito de Atribuições nº 1.00633/2022-03 (Processo Sigiloso)
Requerente: Procuradoria da República no Município de Santarém/PA
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.23.002.000265/2022-51 e Notícia de Fato nº 005482-031- 2022. Apuração de falta de prédio para funcionamento da escola localizada na comunidade São Francisco do Aruã, Gleba Nova Olinda, PEAEX Aruã/Santarém.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Pará
- 91) Conflito de Atribuições nº 1.00646/2022-19
Requerente: Procuradoria da República no Município de Lagarto/SE
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Sergipe. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º 1.35.004.000025/2020-54. Realização de concurso público para farmacêutico no Município de Tobias Barreto, com salário inferior ao piso da categoria.
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Sergipe
- 92) Conflito de Atribuições nº 1.00650/2022-31
Requerente: Ministério Público do Estado da Bahia
Requerido: Procuradoria da República – Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 608.9.101692/2017. Apuração de suposta exploração irregular de areia na Fazenda Serrana Santa Maria, situada na zona rural do Município de Jitaúna/BA.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Bahia

- 93) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00675/2022-07 (Processo Sigiloso)
Requerente: Vitor Hanna Pereira
Requerido: Ministério Público do Estado do Tocantins
Interessado: Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CEBRASPE
Objeto: Ministério Público do Estado do Tocantins. 10º Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Promotor de Justiça Substituto. Vagas destinadas aos candidatos deficientes. Descumprimento do Estatuto da Deficiência pela banca examinadora. Pedido Liminar.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Tocantins
- 94) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00676/2022-52 (Processo Sigiloso)
Requerente: Vitor Hanna Pereira
Requerido: Ministério Público do Estado do Tocantins
Interessado: Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CEBRASPE
Objeto: Ministério Público do Estado do Tocantins. 10º Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Promotor de Justiça Substituto. Vagas destinadas aos candidatos deficientes. Desconstituir o ato administrativo que considerou o requerente inapto na avaliação psicológica. Pedido Liminar.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Tocantins
- 95) Conflito de Atribuições nº 1.00682/2022-82
Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.33.000.001684/2018-06. Apuração de eventual irregularidade na ausência de tombamento de 32 (trinta e dois) imóveis inventariados pelo IPHAN, no Município de Angelina/SC.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Santa Catarina
- 96) Conflito de Atribuições nº 1.00687/2022-50
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte/Ceará-Mirim
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.28.200.000064/2022-31. Inquérito Civil nº 04.23.2361.0000048/2015-50. Apuração da existência de um barraco indevidamente construído sobre a calçada. Município de Caicó/RN.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Rio Grande do Norte

- 97) Conflito de Atribuições nº 1.00688/2022-04
Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.30.001.002128/2022-27. Apuração de prática de crimes e ato de improbidade em detrimento das Indústrias Nucleares do Brasil – INB. Rio de Janeiro/RJ.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Rio de Janeiro
- 98) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00704/2022-69 (Recurso Interno)
Recorrente: Felipe Stuart Souza de Almeida
Recorrido: Ministério Público do Estado de Tocantins
Objeto: Ministério Público do Estado do Tocantins. 10º Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Promotor de Justiça Substituto. Entrega de documentação para inscrição definitiva. Inscrição definitiva indeferida. Pedido Liminar.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Tocantins
- 99) Conflito de Atribuições nº 1.00712/2022-04
Requerente: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Ação Penal nº 0000776-09.2006.8.24.0143. Carta precatória ministerial registrada na Promotoria de Justiça da Comarca de Rio do Campo/SC. Competência para execução penal da Comarca de São Paulo/SP.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Santa Catarina
- 100) Conflito de Atribuições nº 1.00714/2022-03
Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito de atribuições. Notícia de Fato nº 1.30.001.003632/2021-63. Apuração da autoria e circunstâncias do crime de contrabando, previsto no artigo 334-A, do Código Penal. Município do Rio de Janeiro/RJ.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Rio de Janeiro

101) Conflito de Atribuições nº 1.00716/2022-10

Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuição. NF – 1.30.001.000898/2022-35. Apuração de possível cometimento dos crimes contra o serviço de telecomunicações e de associação criminosa, perpetrados no interior do Conjunto Iguaperiba, Bairro Brás de Pina, no qual moradores são compelidos a fazer uso de serviço de internet aparentemente clandestino.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Rio de Janeiro

102) Conflito de Atribuições nº 1.00723/2022-02

Requerentes: Ministério Público do Estado do Pará; Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Pará
Requerido: Procuradoria da República – Pará/Castanhal
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Ministério Público Federal no Estado do Pará. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 1.23.000.001594/2009-62. NF nº 000751-125/2022–MP/2ºPJ/MA/PC/HU. Apurar possível poluição do Rio Guamá e os consequentes danos ambientais e à saúde pública, por despejos de esgotos sanitários da cidade de Belém.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Pará

103) Anteprojeto de Lei nº 1.00729/2022-26

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta Orçamentária. Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Exercício financeiro de 2023.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Distrito Federal

104) Conflito de Atribuições nº 1.00759/2022-60

Requerentes: Gardenia Holanda Maciel Lamar; Procuradoria da República – São Paulo; Procuradoria da República no Município de Presidente Prudente/SP
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. NF nº 1.34.009.000209/2022-73. MP nº 43.0403.0000837/2021-7. Sistema Cidadão nº 20220049812. Apurar a ausência de equipamento de hemodiálise na cidade de Rancharia, não obstante a existência de 10 leitos de UTI, sobejamente utilizados para os casos de COVID.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: São Paulo

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público